



EDITAL N.º 220/2018 – GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão torna público, para conhecimento dos interessados, que, no período de **30 de julho de 2018 a 12 de setembro de 2018**, estarão abertas as inscrições para Concurso Público destinado ao provimento de vaga(s) no Cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior e da vacância dos cargos existentes ou criados durante o prazo de validade do concurso, nos termos da Resolução n.º 1.211/2016 – CEPE/UEMA, de 22 de junho de 2016, homologada pelo CONSUN/UEMA, em 26 de junho de 2016, disponibilizada no site da UEMA (<http://www.uema.br/assessoria-de-concursos-e-seletivos/formularios-e-resolucoes>), para atender ao Centro de Ciências Tecnológicas – CCT/Curso de Engenharia da Computação, na área/subárea especificada no **APÊNDICE I** deste Edital (proc. n.º 103760/2018).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público visa selecionar candidatos para a Classe de Adjunto (Doutor), nos termos da Resolução n.º 1.211/2016 – CONSUN/UEMA.

1.2 O Concurso de que trata o presente Edital constará de prova escrita, com leitura pública e didática, ambas de caráter eliminatório e classificatório, e de julgamento de títulos, de caráter classificatório.

1.3 A prova escrita com leitura pública destina-se a avaliar o grau de conhecimento do candidato na área/subárea de conhecimento objeto do concurso e será realizada na data definida por Edital Próprio a ser divulgado, no mesmo horário para todos os concorrentes, cuja redação terá a duração máxima de quatro horas corridas. No julgamento da prova de que trata este item, cada examinador considerará o fundamento e domínio do conteúdo, a sequência e a coerência lógica do conteúdo, a comunicação e a habilidade.

1.3.1 A prova escrita com leitura pública terá seu início com o sorteio de tema, na presença dos candidatos, dos quais um será escolhido para o referido sorteio. Iniciado o sorteio do tema, não será admitido o ingresso de candidato no local da prova, independente de quaisquer motivos porventura alegados.

1.3.2 Como parte da prova escrita, seguindo a ordem de inscrição, cada candidato deverá realizar, obrigatoriamente, a leitura pública da sua prova durante sessão aberta, em até duas horas após o término do tempo destinado à redação, sendo facultada a presença dos demais candidatos. O candidato que não comparecer para a leitura pública da sua prova escrita, obedecida a ordem de inscrição, será automaticamente eliminado.

1.3.3 O resultado preliminar da prova escrita com leitura pública será divulgado pela Comissão Examinadora, mediante afixação das notas no mural do Departamento Acadêmico de realização do concurso e disponibilizada na página eletrônica da UEMA. Contra o resultado preliminar da prova escrita com leitura pública, caberá pedido de revisão, por escrito e fundamentado, em um



dia útil, contado do dia útil seguinte da publicação do resultado, dirigido à Comissão Examinadora e protocolado no Departamento Acadêmico de realização do concurso.

1.3.4 A Comissão Examinadora fará publicar o resultado final, depois de apreciados os possíveis pedidos de revisão, em um dia útil, contado do dia útil seguinte ao término do prazo para pedido de revisão, de que trata o parágrafo anterior, mediante afixação no mural do Departamento Acadêmico de realização do concurso e disponibilizada na página eletrônica da UEMA. No mesmo ato de publicação do resultado final da prova escrita com leitura pública, a Comissão Examinadora divulgará dia, hora e local para sorteio do tema da prova didática, bem como dia, hora e local para realização da prova didática, facultada a presença dos interessados no ato do sorteio.

1.4 A prova didática se iniciará no segundo dia útil após o dia do sorteio do tema, e consistirá em aula perante a Comissão Examinadora com duração mínima de 45 e máxima de 55 minutos, sobre tópico sorteado. No julgamento da prova de que trata este item, cada examinador considerará aspectos formais, teóricos, didáticos e metodológicos.

1.4.1 O tópico sorteado para a prova didática constará do programa, excluído aquele que tenha sido objeto da prova escrita, e será comum a todos os candidatos, desde que o número não ultrapasse a dez. Quando o número de candidatos ultrapassar a dez, serão constituídos outros grupos para novos sorteios e realização da prova, com observância deste quantitativo máximo, respeitado o prazo previsto, facultada a presença dos interessados no ato do sorteio.

1.4.2 Será pública a prova didática, vedada a manifestação do público e a presença dos candidatos concorrentes.

1.4.3 No início da realização da prova didática, a Comissão Examinadora solicitará ao candidato a entrega do Plano de Aula em três vias. Caso o candidato não entregue seu Plano de Aula, a Comissão Examinadora declarará imediatamente sua eliminação do Concurso.

1.4.4 Concluída a exposição da aula, é facultada a arguição do candidato pelos examinadores, por um período não superior a quinze minutos por examinador, observada a pertinência da arguição com o tópico da prova.

1.4.5 A Comissão Examinadora divulgará o resultado da prova didática em até dois dias úteis, contados a partir do dia do término da prova didática, mediante afixação das notas no mural do Departamento Acadêmico de vinculação do concurso e na página eletrônica da UEMA. Contra o resultado da prova didática, caberá pedido de revisão, por escrito, em até dois dias úteis, contados do dia útil seguinte da publicação do resultado, dirigido à Comissão Examinadora e protocolado no Departamento de vinculação do concurso.

1.4.6 A Comissão Examinadora fará publicar a decisão a respeito do pedido de revisão, em até dois dias úteis, contados do dia útil seguinte ao término do prazo para interposição de recurso de que trata o parágrafo anterior, mediante afixação no mural do Departamento Acadêmico de vinculação do concurso e na página eletrônica da UEMA.



1.5 O julgamento dos títulos ocorrerá após a realização das provas escrita e didática, e será restrito aos candidatos aprovados.

1.6 O resultado final do concurso será obtido pela média aritmética simples das médias da prova escrita e da prova didática, e da nota atribuída aos títulos. Em caso de empate na classificação, a Comissão Examinadora procederá ao desempate em favor do candidato que tiver, nesta ordem:

- I** - a maior média na prova didática;
- II** - a maior média na prova escrita;
- III** - a maior média no julgamento de títulos;
- IV** - o maior tempo no magistério superior;
- V** - a maior idade.

1.6.1 A decisão da Comissão Examinadora indicará expressamente a habilitação ou não do candidato, bem como sua classificação, cujo resultado deverá ser divulgado aos presentes ao final dos trabalhos, e afixado nos murais do setor competente e do Centro de realização do concurso, bem como disponibilizado na página eletrônica da UEMA. Contra a decisão da Comissão Examinadora, caberá recurso, por escrito, em até dois dias úteis, contados do dia útil seguinte ao da divulgação do resultado aos presentes, dirigido ao Conselho de Centro.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 Do requerimento de inscrição

2.1.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.1.1 De forma a evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

2.1.2 O requerimento de inscrição ao Concurso para Professor Adjunto (**APÊNDICE III**) será dirigido ao Departamento Acadêmico, instruído e protocolado no Protocolo Geral da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís - MA, no horário das 14h às 17h, acompanhado das cópias dos documentos relacionados abaixo, alíneas de “a” a “h”:

- a)** cédula de Identidade, válida em território nacional, ou no caso de candidato de nacionalidade estrangeira, será considerada a Cédula de Identidade de Estrangeiro, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, que comprove a condição de permanente ou temporário no país, conforme artigos 30 e 33 da Lei n.º 6.815/1980 (**autenticado em cartório**);
- b)** CPF (**autenticado em cartório**);
- c)** comprovante de quitação com o serviço militar (sexo masculino); (**autenticado em cartório**);



d) comprovante de quitação com a obrigação eleitoral (**autenticado em cartório**, salvo a certidão de quitação com as obrigações eleitorais, cuja validação poderá ser feita na página eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral);

e) diploma de graduação ou certidão de conclusão de curso de graduação, acompanhado do histórico escolar correspondente (**autenticado em cartório**, salvo o **histórico escolar emitido na forma digital**, que será recebido sem autenticação em cartório, ficando o deferimento da inscrição do candidato condicionado a sua validação, por meio eletrônico específico, disponível em página eletrônica oficial da Instituição de Ensino Superior que emitiu o histórico escolar);

f) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (**original e cópia**), no valor de R\$ 100,00 (cem reais), efetuado no Banco do Brasil, Agência n.º 3846-6, Conta Corrente n.º 5393-7 (UEMA/ Recursos Próprios), podendo ser paga em qualquer agência desse Banco (salvo os candidatos que solicitarem isenção da taxa de pagamento). Não será aceito comprovante de depósito bancário via envelope e, em hipótese alguma, haverá devolução de taxa de inscrição;

g) comprovante de residência;

h) Currículo *Lattes* impresso, com documentação comprobatória.

2.1.3 É vedada a inscrição sem a entrega de toda a documentação obrigatória exigida.

2.2 Do pedido de isenção de taxa de inscrição

2.2.1 A isenção de taxa de inscrição será concedida ao candidato que:

2.2.1.1 comprovar estar desempregado e que a renda familiar *per capita*/mês não seja superior a R\$ 100,00 (cem reais), conforme Decreto n.º 25.731/2009. Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família e renda familiar *per capita* a divisão da renda familiar pelo total de indivíduos da família. Condição comprovada mediante os seguintes documentos:

a) cópia da Declaração ou Certidão expedida pelo INSS com os dados cadastrais contidos no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais);

b) em caso de emprego formal, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas que contenham a fotografia, a identificação, o contrato e a página posterior ao contrato), do candidato com a baixa do último emprego;

c) em caso de servidor público, cópia autenticada da publicação do ato que o efetivou e desligou do serviço;

d) declaração de próprio punho do candidato (original), conforme modelo constante do **APÊNDICE V** deste Edital e comprovante de rendimento de todos os integrantes da família.

2.2.1.2 Doador de medula óssea e doador regular de sangue, amparados pela Lei Estadual n.º 10.338/2015. Assim considerado, aquele que possuir documento oficial (carteirinha de doador), emitido pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME, devendo ser observado o que segue:



a) considera-se doador de Medula Óssea aquele que possuir documento oficial (carteirinha de doador), emitido pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME;

b) o candidato deverá enviar a carteirinha de doador ou a declaração emitida pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME, conforme alínea “a”;

c) considera-se doador Regular de Sangue aquele que realize, no mínimo, três doações por ano, certificadas pelo Centro de Hematologia do Maranhão – HEMOMAR;

d) o candidato deverá enviar declaração emitida pelo Centro de Hematologia do Maranhão – HEMOMAR, conforme alínea “c”.

2.2.1.3 Eleitor convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral do Maranhão para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, à execução e à apuração de eleições oficiais, nos termos da Lei Estadual n.º 10.698/2017, devendo ser observado o que segue:

a) considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de administrador de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação;

b) para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, uma eleição;

c) a comprovação do serviço prestado será efetuada por meio da apresentação de cópia da declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.

2.2.2 O Requerimento de Isenção de taxa de inscrição (**APÊNDICE IV**), de que trata os subitens **2.2.1.1**, **2.2.1.2** e **2.2.1.3**, deverá ingressar no período de **30 de julho de 2018 a 12 de setembro de 2018**, juntamente com o Requerimento de inscrição e demais documentos mencionados no subitem **2.1.2**, alíneas de “a” a “h”.

2.2.3 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

2.2.4 Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documento.

2.2.5 Expirado o período de envio dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

2.2.6 Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

2.2.6.1 A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.



2.3 DAS REGRAS GERAIS DA INSCRIÇÃO

2.3.1 Poderá inscrever-se brasileiro nato ou naturalizado, ou estrangeiro, amparado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 30 de abril de 1996.

2.3.2 Serão aceitas inscrições via Correios, com Aviso de Recebimento, desde que a postagem ocorra dentro do período de inscrição estabelecido neste Edital.

2.3.2.1 As inscrições, via Correios, deverão ser endereçadas ao Protocolo Geral da UEMA, na Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n.º 1000, Jardim São Cristóvão, CEP 65055-310, São Luís – MA, sob a referência “CONCURSO UEMA – **EDITAL N.º 220/2018** – GR/UEMA”.

2.3.2.2 O candidato que efetuar a pré-inscrição via Correios fica obrigado a comunicá-la imediatamente, via e-mail *ccpuema@gmail.com*, enviando-a sob o título “Concurso UEMA – **EDITAL N.º 220/2018** – GR/UEMA”, contendo nome completo e área/subárea objeto do concurso.

2.3.3 A inscrição deve ser requerida pelo candidato ou por seu procurador, habilitado com procuração específica.

2.3.4 Encerrado o prazo das inscrições, compete ao chefe do Departamento Acadêmico promotor do concurso designar Comissão composta por três docentes para analisar e emitir parecer sobre o processo de cada candidato.

2.3.4.1 Ao candidato cuja inscrição tenha sido indeferida, é assegurado o direito de recurso, dirigido ao Conselho de Centro correspondente, protocolado no Protocolo Geral da Universidade ou no Protocolo do Centro de Estudos Superiores do município de realização do concurso, para apresentação no prazo de cinco dias úteis, contados do dia seguinte da data do recebimento da notificação, no endereço informado por ele e constante no requerimento de inscrição.

2.3.5 A relação nominal de candidatos com inscrição homologada, composição da Comissão Examinadora, data, horário e local de realização das provas constituirão Edital Próprio, a ser divulgado na página eletrônica da UEMA, publicado no Diário Oficial do Estado e Aviso de Edital publicado na imprensa local.

2.3.6 O candidato poderá fazer uma única anexação de documentos ao seu currículo para fins de julgamento de títulos, no local da instalação dos trabalhos da Comissão Examinadora, no dia e hora estabelecidos pelo Edital, devendo ser consignada em ata.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Às pessoas com deficiência, nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, e na Lei Estadual n.º 5484/1992, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, fica reservado o percentual mínimo de cinco por cento e máximo de vinte por cento das vagas previstas para ingresso no Quadro do Magistério Superior da UEMA.



3.1.1 O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no requerimento de inscrição. Para tanto, deverá encaminhar:

a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de doze meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) o candidato com deficiência que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na alínea “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização das provas.

3.2. Considerando o percentual citado no **item 3.1**, não se aplica a reserva imediata de vaga para área/subárea do conhecimento objeto do concurso que ofereça menos de cinco vagas para a classe respectiva.

3.3. O laudo médico será avaliado por uma comissão composta por um médico designado para esse fim, um professor especialista em Educação Especial e um representante da UEMA, a fim de verificar o cumprimento do estabelecido pela Lei Federal n.º 7853/1989 e pelos Decretos n.º 3298/1999 e n.º 5296/2004.

4. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS NEGROS

4.1 Em atenção ao disposto na Lei Estadual n.º 10.404/2015, ficam reservadas aos negros, vinte por cento das vagas previstas para ingresso no Quadro do Magistério Superior da UEMA.

4.1.1 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, preenchendo a autodeclaração (**APÊNDICE VI**) de que é preto ou pardo, conforme quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.1.2 O candidato que se autodeclarar negro (preto ou pardo) poderá ser convocado para apuração da veracidade de sua declaração por Comissão de verificação, a ser instituída pela Universidade Estadual do Maranhão.

4.1.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será:

- a)** eliminado do Concurso;
- b)** se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao cargo, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- c)** deverá ressarcir o erário quanto aos prejuízos causados e restituir a remuneração eventualmente recebida;
- d)** terá contra si promovida a responsabilidade penal.



4.2 Considerando o percentual citado no item 4.1, não se aplica a reserva imediata de vaga para área/subárea do conhecimento objeto do concurso que ofereça menos de três vagas para a classe respectiva.

5. DO CARGO PÚBLICO

5.1 O candidato aprovado no concurso público de que trata este Edital deverá atender as seguintes exigências:

a) ser portador de Título de Doutor, quando se tratar de ingresso para a classe de Professor Adjunto;

b) ser portador de Título de Mestre, quando se tratar de ingresso para a classe de Professor Assistente;

5.1.1 As condições referidas neste item deverão ser comprovadas no ato da posse, sob a pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

5.2 O ingresso na Carreira do Magistério Superior, no Cargo de Professor Adjunto, far-se-á na Classe I, Referência I. Os nomeados e empossados receberão Remuneração inicial composta de Vencimento e Gratificação de Incentivo por titulação (cinquenta por cento), conforme tabela a seguir:

Cargo (Carga horária)	Vencimento (R\$)	Gratificação de Incentivo (R\$)	Total (R\$)
Prof. Adjunto I (40h)	5.752,27	2.876,13	8.628,40

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os candidatos classificados às vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos candidatos negros que obtiverem classificação na concorrência geral constarão da lista geral e da lista específica.

6.2 O programa com dez temas, elaborado e aprovado pelo Departamento Acadêmico, consta no **APÊNDICE VII** deste Edital.

6.3 O prazo de validade do concurso será de dois anos, contado da publicação do Edital no Diário Oficial do Estado, com o resultado definitivo, havendo possibilidade de prorrogação por igual período, a pedido do Departamento Acadêmico interessado.

6.4 O docente a ser nomeado, em virtude de aprovação em Concurso Público, ficará sujeito à obrigatoriedade de prestação dos seguintes serviços: ministrar aulas em qualquer área/subárea para o qual esteja legalmente habilitado na graduação; participar de projetos de pesquisa e extensão; participar de comissões examinadoras de concursos/seletivos públicos para o magistério; orientar os estudantes na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso e estágios curriculares e extracurriculares; exercer a função de chefia, tanto na área acadêmica como na área administrativa; assessorar o pessoal técnico-administrativo, quando necessário; outras atividades inerentes ao efetivo exercício do Magistério Superior.



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

6.5 A convocação do candidato nomeado para tomar posse será feita exclusivamente por meio de correspondência registrada com aviso de recepção, não se responsabilizando a UEMA pela mudança de endereço sem comunicação prévia por escrito, por parte do candidato.

6.6 A posse e o exercício do cargo público observarão o que dispõe a Lei Estadual n.º 6.107, de 27 de julho de 1994.

6.7 O não pronunciamento do candidato nomeado, no termos que dispõe a Lei Estadual n.º 6.107, de 27 de julho de 1994, facultará à UEMA a convocação do(s) candidato(s) seguinte(s), sendo seu nome excluído do processo.

6.8 Informações adicionais poderão ser obtidas no Departamento Acadêmico ou Centro promotor do Concurso.

6.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor.

São Luís – MA, 27 de julho de 2018.

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
Reitor



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**APÊNDICE I DO EDITAL N.º 220/2018 – GR/UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS-CCT/ CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO**

Departamento/ Curso	Área/subárea	Classe	N.º de vagas	Regime de Trabalho	Requisitos mínimos	Perfil Profissional
Engenharia da Computação	Engenharia Elétrica/ Circuitos Eletrônicos	Adjunto	01	40 horas	Graduação em Engenharia da Computação ou Ciências da Computação Bacharelado ou áreas afins, com Doutorado em Engenharia Elétrica ou Engenharia da Computação.	Pontuação mínima de 10 (dez) pontos no item 2.1, produção bibliográfica, e mínimo de 03 (três) pontos no item 2.2, produção técnica, conforme critérios estabelecidos no anexo X da Resolução n.º 1.211/CEPE/UEMA.

São Luís – MA, 27 de julho de 2018.

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
Reitor



APÊNDICE III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO	
NOME:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE/UF:
CEP:	CPF:
Tel. Residencial: ()	Tel. Celular: ()
EMAIL:	
POSSUI DEFICIÊNCIA: () Não () Sim. Qual?	
O candidato acima identificado vem requerer inscrição no Concurso para ingresso na Carreira do Magistério Superior, na Classe de Professor: () ADJUNTO, EDITAL N.º 220/2018 – GR/UEMA	
AO DEPARTAMENTO/CENTRO:	
NA ÁREA/SUBÁREA:	
Para o que anexa os seguintes documentos ou fotocópias:	
a) Cédula de Identidade;	
b) CPF;	
c) comprovante de quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);	
d) comprovante de quitação com a obrigação eleitoral;	
e) Diploma de Graduação ou Certidão de Conclusão de Curso de Graduação; acompanhado do histórico escolar correspondente;	
f) comprovante de pagamento da taxa de inscrição no Banco Brasil, Agência 3846-6, Conta Corrente: 5393-7 (UEMA/Recursos Próprios); ou requerimento de isenção de taxa de inscrição;	
g) Comprovante de residência;	
h) Currículo Lattes com documentação comprobatória.	

Assinatura

Local/data: _____, ____/____/____.

NOME DO CANDIDATO _____

Local de Inscrição

Assinatura e Matrícula do Servidor Responsável



APÊNDICE IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

O candidato abaixo identificado requer que lhe seja concedido à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Concurso Público.

DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO

Nome:		CPF:
Filiação:		
Estado Civil:	Data de Nasc.: ____/____/____	RG:
Endereço residencial:		
Bairro:	Cidade/UF:	CEP:
Telefone Residencial:	Telefone Celular:	Email:

DOCUMENTOS ANEXADOS AO REQUERIMENTO

- () Cópia da Declaração ou Certidão expedida pelo INSS, com os dados cadastrais contidos no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).
- () Em caso de emprego formal, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas que contenham a fotografia, a identificação, o contrato e a página posterior ao contrato), do candidato com a baixa do último emprego.
- () Em caso de servidor público, cópia autenticada da publicação do ato que o efetivou e desligou do serviço.
- () Declaração de próprio punho do candidato (original) e comprovante de rendimento de todos os integrantes da família.
- () Carteirinha de doador ou a declaração emitida pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME.
- () Declaração emitida pelo Centro de Hematologia do Maranhão – HEMOMAR.
- () Comprovação do serviço prestado por meio da apresentação de cópia da declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.

Assinatura

Local de Inscrição

Assinatura e Matrícula do Servidor Responsável



APÊNDICE V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Declaro, para fins de isenção do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que a composição de minha renda familiar corresponde ao discriminado no quadro abaixo.

RENDA FAMILIAR (membros da família residente sob o mesmo teto, inclusive o próprio candidato).

Nome completo	Grau de Parentesco	Data de nascimento	Remuneração mensal em R\$	CPF

Estou ciente que poderei ser responsabilizado criminalmente, caso as informações aqui prestadas não correspondam à verdade.

ASSINATURA DO CANDIDATO
N.º DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

APÊNDICE VI

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____
(nome completo), de acordo com a Lei Estadual n.º 10.404, de 29 de dezembro de 2015,
inscrito no Concurso Público destinado ao provimento de Cargo na Carreira do Magistério
Superior da Universidade Estadual do Maranhão, Edital n.º _____, declaro, sob
as penas da lei, ser negro.

Data e assinatura do (a) candidato (a)



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**APÊNDICE VII DO EDITAL N.º 220/2018 – GR/UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO**

Área/Subárea: Engenharia Elétrica/Circuitos Eletrônicos

TEMAS:

1. Diodos: tipos, características e aplicações.
2. Filtros ativos: especificações, tipos, função de transferência, aproximação de Butterworth e de Chebyshev.
3. Amplificadores operacionais: tipos, características, modelagem, parâmetros, arquiteturas internas e aplicações.
4. Circuitos de RF: características, parâmetros.
5. Propagação de ondas eletromagnéticas em circuitos: modelo de linha transmissão, modo TEM, coeficiente de reflexão e de transmissão.
6. Antenas impressas para sistemas embarcados: parâmetros fundamentais, projeto e limitações antenas de microfita.
7. Equações de Maxwell para campos dinâmicos: aplicação em microeletrônica.
8. Compatibilidade eletromagnética em circuitos: parâmetros e aplicações.
9. Identificação por radiofrequência: características, tipos e aplicações.
10. Antenas de banda ultralarga impressas em circuitos de comunicação: características, parâmetros fundamentais e projetos.

REFERÊNCIAS

LIVRE